



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: *Democracia, Participação Popular e Novas Resistências*
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Racismo estrutural, questão social e Serviço Social: uma articulação necessária

Resumo: O artigo analisa os elementos histórico-estruturantes nos fundamentos das expressões da questão social no contexto brasileiro. Ela é marcada pelo processo do imperialismo e pelo período escravocrata na sua constituição, traçando-se de forma particular até a contemporaneidade. Ou seja, temos nas expressões da questão social uma relação intrínseca com o racismo estrutural, as quais são objetos da intervenção das assistentes sociais. Foi realizada uma análise de cunho qualitativo e bibliográfico acerca do tema apontando a necessidade de uma melhor compreensão da formação socio-histórica do país. No que tange o trabalho profissional há necessidade de superar o imediatismo através da compreensão que o racismo estrutural é a base fundante dos sustentáculos da questão social.

Palavras-chave: Questão social; Racismo estrutural; Serviço Social.

Structural racism, social question and Social Work: a necessary articulation

Abstract: The article analyzes the historical-structuring elements in the foundations of expressions of the social question in the Brazilian context. It is marked by the process of imperialism and the slavery period in its constitution, tracing itself in a particular way to contemporary times. In other words, we have an intrinsic relationship with structural racism in the expressions of the social question, which are objects of intervention by social workers. A qualitative and bibliographical analysis was carried out on the topic, highlighting the need for a better understanding of the country's socio-historical formation. Regarding professional work, there is a need to overcome immediacy through understanding that structural racism is the founding basis of the social question.

Keywords: Social question; Structural racism; Social Work.

1 Introdução

Nos últimos anos o debate sobre questão social no âmbito do Serviço Social vem ganhando novos contornos, especialmente com o adensamento da discussão acerca do racismo estrutural e suas manifestações que – ainda que tardia – vem assumindo cada vez mais centralidade nos estudos e espaços de formação da profissão.

Desse modo, o conceito de questão social, tão caro as assistentes sociais, vem sendo revisto, tendo como esteio a realidade brasileira e suas desigualdades

estruturais, fazendo com que o racismo estrutural passe a ser entendido não como uma expressão, mas como estruturante da questão social brasileira.

Logo, este artigo se propõe debater a revisão teórica de como esta discussão vem se desenhando, partindo-se de um diálogo com as principais intelectuais que vem se propondo a provocar o debate no Serviço Social, sobretudo nos últimos anos, além de referenciais fundamentais que, de alguma maneira, já indicavam o caráter estrutural da experiência da colonização e escravização para a formação social brasileira e latino-americana.

O presente artigo foi desenvolvido para além da introdução e considerações finais, sobre dois tópicos fundamentais. No primeiro tópico discorreremos acerca dos elementos históricos estruturais nos fundamentos da questão social no Brasil e seu desenvolvimento na contemporaneidade, com destaque para a análise do racismo estrutural no bojo da sua constituição. No segundo tópico analisamos a relação entre o Serviço Social e a questão social, bem como suas implicações na perspectiva da formação e do trabalho profissional das assistentes sociais.

2 Questão social no Brasil e o racismo estrutural

Historicamente, a questão social passa a ser entendida para além do “fenômeno” do pauperismo na medida em que a emergente classe trabalhadora, após a Revolução Industrial e o início da sociedade capitalista, passa a ter uma conscientização de classe social mediante a miserabilidade que as novas relações sociais deixavam nos trabalhadores e trabalhadoras, em detrimento dos poucos detentores dos meios de produção. Ou seja, temos a questão social a partir da “particular contradição, que emana das relações sociais, dominadas pelo capital: a expansão da riqueza e da miséria, de maneira concomitante e inevitável, dada a estrutura desigual da sociedade capitalista”, conforme conceituam Souza e Teles (2021, p. 45).

Segundo Yazbek (2021), a questão social passa a ser resultante da divisão da sociedade em classes em disputa pela riqueza socialmente produzida, riqueza essa que é extremamente desigual no capitalismo. Contudo, a autora pontua que a consciência da desigualdade e a resistência à opressão é que vão configurar a questão social para além do fenômeno do pauperismo.

Ianni diz que: “A sociedade em movimento se apresenta como uma vasta fábrica de desigualdades e antagonismos que constituem a questão social” (1989, p. 147). E, transpassando o século anterior, faces e manifestações outras da questão social e mobilizações populares tornaram notória a ilusória economia brasileira moderna e seu contraditório desenvolvimento. Nota-se enraizada no imaginário e estrutura social a criminalização da questão social e a ideia de que a vítima é a culpada, e a naturalização desses processos coloca os subalternos como responsáveis pela miséria e ignorância (Ianni, 1989, p. 150).

A presença da questão social, como aborda Ianni (1989), pode ser observada em diversos momentos da história e setores da sociedade brasileira, ela reflete diferenças políticas, culturais e econômicas cujos movimentos cingem as classes sociais, os grupos raciais e as formações regionais. Para o autor, certamente existia uma questão social na vigência do período escravocrata, entretanto, com a abolição e o declínio da monarquia, outros componentes e maneios da questão social se constituíram no país.

Nesse contexto, as lutas foram desencadeadas pelo regime do trabalho livre em busca de melhores condições de vida e de trabalho, logo, diante de uma série de técnicas repressivas repercutiram o protesto social no campo e na cidade (Ianni, 1989, p. 146). Para Ianni, existem “processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social”, sendo um deles “o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo” que, somados, “provocam os mais diversos movimentos de trabalhadores” (Ianni, 1989, p. 147).

Portanto, as péssimas condições trabalhistas nos diferentes setores produtivos agrupavam um diversificado perfil de trabalhadores que expressavam novas concepções e expressões da questão social. Destacaram-se as reivindicações ao acesso ao emprego, à saúde, à terra, aos direitos políticos e sociais, entre outros, no passo em que essas tornaram-se pautas centrais na agenda das lutas sociais dos movimentos. É interessante notar que Ianni (1989) reúne uma vasta literatura no que se refere à questão social e algumas particularidades do Brasil, buscando demonstrar e problematizar as diferentes e divergentes interpretações que foram dadas à questão social, especialmente no século XX.

A divisão social do trabalho é funcional à organização das esferas

produtivas e sociais, fundamental para a divisão de classes e atravessada por grupos raciais e heterogeneidades territoriais, segundo Ianni (1989). Tais movimentos no interior da sociedade se deparam com as lutas sociais – reivindicadas por partidos políticos, movimentos negros, sindicalistas etc. –, as quais evidenciam as mazelas de uma sociedade desigual diante do agravamento da questão social – alto índice de desemprego e pauperismo, por exemplo.

A questão social se desenvolve de maneira diferenciada em cada país, a contar das particularidades histórico-culturais e econômicas de cada um. Segundo Yazbek (2021), os traços comuns da questão social na América Latina se expressam através do histórico de dependência do Continente que o condicionam e através de fatores como: o processo de colonização, a questão indígena, o escravismo, a luta pela terra, dentre outros.

No caso do Brasil, Souza e Teles (2021) buscam situar os elementos e as particularidades da dinâmica contraditória do capital no país. Para as autoras: “[...] as conexões histórico-estruturais das manifestações cotidianas das expressões da questão social é o que possibilita uma compreensão das mesmas para além da aparência e da fragmentação com que se apresentam no movimento concreto imediato” (Souza; Teles, 2021, p.48).

Para tal, Souza e Teles (2021) analisam o processo de desenvolvimento do capitalismo latino-americano e suas interfaces no Brasil, através do sistema imperialista de exploração dos povos originários e africanos escravizados como base de sustentação econômica da extração de mais-valia.

As autoras partem da análise de sustentação acerca dos conceitos de terra e de trabalho como estruturantes na formação da questão social brasileira e, ao se analisar a constituição das relações sociais comandadas pelo capital, é direcionado para o apontamento de que tanto a “consolidação do racismo como os mecanismos de dominação ideológica [são] mais duradouro[s] da nossa sociedade” (Souza; Telles, 2021, p. 51).

Souza e Teles (2021) pontuam que é a práxis indígena e negra na luta contra a exploração, o marco inaugural da luta de classes no Brasil. Para as autoras:

[...] a estrutura social do capitalismo dependente se deu pela recriação das condições fundadas pelo modo de produção que o antecedeu: a propriedade

privada monopolista da terra, o sentido agrário-exportador da produção da riqueza e a definição racializada dos despossuídos e expropriados, que determinou a negros e indígenas a condição majoritária de sem terras, sem tetos, sem emprego e sem direitos (Souza; Teles, 2021, p. 51).

Desta forma, a formação do mercado de trabalho livre após o período escravocrata é marcada pela não inserção dos ex-escravos no mundo do trabalho livre, criando o que Souza e Teles (2021) apontam como um fenômeno muito além do exército industrial de reserva através de uma camada da população que jamais pôde ser incorporada na dinâmica econômica do capitalismo dependente. Contudo, esse processo de exclusão, ainda segundo as autoras, é um mecanismo fundamental para a extração de mais-valia, e por isso, é fonte fundamental para a compreensão do racismo estrutural.

[...] a questão racial talvez seja a questão social mais antiga do Brasil: ela está no centro da dominação de classe desde o início da colonização e a implantação do escravismo no país. Atravessou toda nossa história. Atualmente, sob o capitalismo moderno, o racismo continua sendo um elemento fundamental para a manutenção dos velhos privilégios de classe (Revista Princípios, 1994, p.27).

Nesse sentido, compreende-se que a questão racial, bem como o racismo, coaduna à realidade brasileira desde o escravismo colonial, constituindo até os dias atuais na dialética das classes sociais. Conforme Moura:

[...] podemos concluir que o modo de produção escravista entrou em decomposição, mas deixou fundos vestígios nas relações de produção da sociedade brasileira. Tais vestígios, tais traços não são por fim elementos mortos. O modelo de capitalismo dependente que substituiu o modo de produção escravista deles se aproveitou e faz deles uma parte dos seus mecanismos reguladores da economia subdesenvolvida. Desta forma, os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade de capitalismo dependente em função do imperialismo dominante (Moura, 1983, p.135).

Dessa forma, entende-se que o racismo no contexto do imperialismo e do capitalismo dependente apresenta diversos imbróglis no tocante à realidade brasileira, uma vez que a questão étnico-racial assume uma posição não apenas econômica e política, como também sociocultural e histórica.

Diante disso, torna-se crucial destacarmos uma importante citação de González e Hasenbalg:

[...] o racismo, cuja essência reside na negação total de ou parcial da humanidade do negro e outros não-brancos, constituiu a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor. O conteúdo desta justificativa variou ao longo do tempo, tendo começado com noções imbuídas de uma visão religiosa do mundo que permitiram estabelecer a distinção entre cristãos e pagãos. Mais tarde e de uma maneira paradoxal, o ideário de igualdade e liberdade surgido no final do século XVIII acentuou a exclusão dos não-brancos do universalismo burguês e levou à necessidade de reforçar a distinção entre homens (brancos) e sub-homens (de cor). Já no século XIX, o darwinismo social, o evolucionismo, as doutrinas do ‘racismo científico’ e a ideia da ‘missão civilizatória do homem branco’ aparecem intimamente relacionadas à expressão imperialista dos países europeus (González; Hasenbalg, 1982, p. 69).

Se o capitalismo no Brasil e em outros territórios devastados pelo colonialismo e pelo imperialismo têm o racismo como mecanismo de dominação burguesa, torna-se indispensável para nós que haja racialização em torno das análises, quando tratamos das classes sociais. Dado que, a nosso ver, é somente dessa forma que será possível compreendermos de fato as relações entre raça, classe e gênero que perpassam e organizam o modo de produção capitalista e, portanto, a realidade da classe trabalhadora brasileira a qual assinalamos como hipótese que é majoritariamente negra.

Em sua vasta obra, Silvio Almeida discorre a respeito do racismo estrutural, denotando como compreendê-lo é crucial para pensarmos a sociedade contemporânea. Em síntese, o intelectual brasileiro diz que “raça é um conceito cujo significado só pode ser recolhido em perspectiva relacional, [...] não é uma fantasmagoria, um delírio, [...] é uma relação social” (Almeida, 2018, p. 40). Sendo que, “o racismo é decorrência da própria estrutura social” (Almeida, 2018, p. 28). Assim, o racismo parte de determinações históricas, socioculturais e políticas que se perpetuam no interior e nas camadas da sociedade.

No que tange ao entendimento do racismo estruturante como eixo central do desenvolvimento nas expressões da questão social no Brasil, Souza e Teles (2021) apontam que o Estado não criou alternativas de sobrevivência e inserção da população negra ao mercado formal de trabalho, muito menos garantiu direitos e acesso à terra. Agindo, assim, ao contrário, segundo as autoras, ao criar barreiras e mecanismos de repressão e criminalização.

Logo, no contexto estrutural do fim do período escravocrata da apropriação privada da terra *versus* a exclusão da população negra do mercado de trabalho

englobam as expressões da questão social na contemporaneidade. E a formação socio-histórica do Brasil no capitalismo dependente, especialmente sobre a ótica do processo de exploração e opressão a partir da dominação de raça e gênero no país, é fato comprovado na atualidade, ao ser explicitada nas expressões da questão social.

No tocante à organização e conscientização da população acerca da questão social, Ianni (1989) afirma que historicamente, da escravatura à ditadura militar, mobilizações populares são tidas de forma repressiva pelo Estado e, pensando uma pedagogia do trabalho, como intitulado no texto, “aos poucos começa-se a equacionar a questão” (Ianni, 1989, p. 151).

Com isso, o autor acrescenta que as relações de produção e trabalho passam a ser institucionalizadas, modernizadas e sotisticadas em suas técnicas para atender exigências requisitadas pelo mercado capitalista. Também é salientado que tanto a gênese da questão social na sociedade brasileira se constitui sob formas de trabalho, quanto há em sua estrutura social uma velha apologia do trabalho a qual contribui para a ocultação dos seus reais determinantes tal e qual foi minuciosamente desenhada por Ianni (1989). E o trabalho, neste sentido, sofre um processo de canonização a partir de uma ética e de uma intensa valorização do trabalho produtivo em combate às chamadas “heranças” que fomentam a preguiça, a ociosidade, do ponto de vista dessa pedagogia (Ianni, 1989).

Os traços que então carregam o processo de formação das expressões da questão social e do trabalho no Brasil são possíveis de serem confirmados ainda na atualidade, segundo dados apontados por Souza e Teles (2021) ao analisarem, por exemplo, a situação de trabalho e renda no ano de 2021, onde a população negra representa mais de 60% da população desocupada. Já, os salários da população branca, ainda segundo as autoras, são acima de 70% superior ao salário da população negra.

Outros dados importantes abordados por Souza e Teles (2021) são acerca da população carcerária, onde mais de 65% dessa população é negra e mais de 32% dessa mesma população são de pessoas presas por crimes relacionados às drogas, sendo os jovens sua maioria. O índice de assassinatos, segundo as autoras, é mais de 70% das vítimas a população negra; bem como nos casos de feminicídios, mais de 60% das vítimas são mulheres negras. Ainda segundo as autoras, esses dados numéricos revelam a “dinâmica das relações sociais sob o capitalismo dependente. Portanto as expressões

da questão social, em relação dialética com a estrutura dessa sociedade” (Souza; Teles, 2021, p.57).

3 Serviço Social e questão social: o racismo estrutural no processo de formação e trabalho profissional

Yazbek (2021) ao analisar as expressões da questão social no Brasil reafirma que elas estão marcadas pelas dimensões étnico-raciais e de gênero com base nas marcas do escravismo e da sociedade patriarcal. Segundo a autora, essas dimensões são expressas no cotidiano da questão social, no qual a assistente social se confronta em seu cotidiano de trabalho.

De acordo com a autora, a emergência da profissão está associada à progressiva intervenção estatal nos processos de regulação da vida social. No Brasil, especificamente, a emergência da profissão está relacionada aos recursos do Estado e do empresariado, com o suporte da Igreja Católica no enfrentamento das expressões da questão social.

O início da profissão no país, segundo Yazbek (2021), está no bojo do processo em que o Estado assume o papel de regulador através da promoção das políticas sociais, onde então a questão social se desenvolve como matéria prima da constituição do espaço profissional do Serviço Social. Segundo a autora, é marca da década de 1940 o momento em que o Estado é pressionado a desenvolver ações no âmbito social através da regulação das relações sociais, com o papel de viabilização da acumulação capitalista e atendimento das necessidades sociais da população. Mesmo marcado pelas contradições inerentes ao processo político e econômico do país.

Ainda segundo Yazbek (2021), o processo de emergência da profissão da assistente social está associado ao momento histórico em que o Estado é pressionado a intervir nas expressões da questão social, o que possibilita que a profissão então passe a ampliar seus referenciais técnicos e socio-ocupacionais. Essa formação, neste momento historicamente determinado, tem como base o pensamento conservador, conforme a autora apresenta, pela junção do discurso humanista cristão e com a base científica e técnica de base positivista.

Mas ao longo dos anos, através do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, especificamente, e após os desdobramentos do movimento de

efervescência dos direitos sociais após o período ditatorial, que temos no Brasil, o chamado “Congresso da Virada” que segundo Yazbek (2021) marcou o movimento profissional acerca de novas vertentes teórico-metodológicas da profissão. Esse movimento de Renovação marca a direção social da profissão e de “seus fundamentos históricos, ontológicos, ético-políticos, culturais e técnico operativos, alcançando a organização, o trabalho, a formação e a cultura política dos assistentes sociais brasileiros” (Yazbek, 2021, p. 22).

O movimento de renovação da profissão é caracterizado também pelo processo de formação de diretrizes curriculares através da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que segundo Yazbek (2021), possuem como pressuposto a atualização dos conteúdos teóricos, éticos, políticos e culturais através de três eixos de fundamentação: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

O processo de Renovação, conforme apresentado por Yazbek (2021), traz elementos constitutivos para a intervenção profissional da assistente social que coloca o cotidiano de trabalho frente ao caráter contraditório das políticas sociais brasileiras no enfrentamento das expressões da questão social.

Cabe à formação dessas profissionais a apreensão da questão social para além da questão imediatista e fragmentada, como ela se apresenta. Especificamente, cabe a estas profissionais, no trabalho profissional, o reconhecimento da formação socio-histórica, política e econômica brasileira para a compreensão das ~~sequelas~~ e expressões da questão social no país.

Cabe a profissional, além de todas as suas limitações dentro da divisão sociotécnica do trabalho, marcada pelo conflito de interesses, levando-se em consideração que o Estado é seu maior provedor e empregador, conhecer a realidade na qual está inserida e intervindo, frente às expressões da questão social. Ou seja, se coloca no cotidiano profissional os desafios para a sua atuação, a importância do conhecimento e da aproximação da profissional com a formação e compromisso ético-político junto à classe trabalhadora. Para tal, é necessário a compreensão estrutural do processo de formação da questão social no país, que está, conforme mencionado, associada à questão do racismo estrutural.

Contudo, ainda há muito a se avançar dentro do processo de formação das assistentes sociais, que são de estudantes majoritariamente mulheres, mas a base teórica ainda fala muito sobre o viés da filantropia, caridade, eurocentrismo, o que reforça a situação do conservadorismo profissional. Ou seja, tem-se uma formação voltada para a lógica da branquitude e que está ainda caminhando no processo de formação e abertura dos estudos étnico-raciais que permeiam a formação das expressões da questão social no país. Mesmo diante dos avanços propostos pelo movimento de renovação e através das entidades representativas da categoria – como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a ABEPSS, os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) – ainda há muito a se avançar.

É notório ressaltarmos o aumento de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas acerca da temática étnico-racial, sobretudo nas últimas duas décadas, impactando consideravelmente no número de publicações em revistas científicas da área de Serviço Social. Muitas pesquisas foram e estão sendo desenvolvidas na área de Serviço Social e várias delas, inclusive, problematizam a naturalização de uma formação acadêmica que reproduz a supremacia branca, capitalista, patriarcal e heterossexista como modelo que apaga a contribuição dos povos africanos e indígenas na formação social brasileira. Os estudos de Souza apontam que:

[...] no âmbito da formação e atuação profissional das(os) assistentes sociais, essa é uma compreensão que se faz fundamental, pois permite entender o racismo como uma determinação, fundamental da “questão social” e não, apenas, uma expressão dela. Entretanto, cumpre observar que se o racismo molda a totalidade das relações sociais, a profissão não está, portanto, fora do seu alcance. Isso se expressa de diversas maneiras, uma delas é o próprio processo de formação profissional (Souza, 2020, p. 385).

E acrescenta que:

[...] a análise da realidade latino-americana (marcada pelos processos de invasão colonial, escravismo e a contínua dependência sob o jugo imperialista) precisa entender o racismo não, apenas, como um fenômeno a ser explicado e combatido. Mas, sim, compreendê-lo no campo das elaborações teóricas, no desvelamento da realidade, como uma categoria teórica explicativa, síntese de processos complexos e determinantes da vida social (Souza, 2020, p.385).

É possível observar como essa mudança de paradigma vem se consolidando

em nossa profissão com o entendimento do racismo não apenas como fenômeno a ser enfrentado, mas, sobretudo, como estruturante do modo de produção capitalista.

4 Considerações finais

Ao longo desse artigo foi possível compreender que o racismo estrutural não é somente uma das expressões da questão social, mas o processo de formação da questão social no Brasil para além do fenômeno do pauperismo, é fundamentado através dos traços do escravismo na formação da classe trabalhadora no país e do processo de extração de mais-valia.

Temos então, enquanto matéria prima da atuação de assistentes sociais, a necessidade de uma formação e análise desse contexto de formação das expressões da questão social sobre a particularidade do contexto brasileiro, para uma melhor atuação e enfrentamento das expressões da questão social no cotidiano do trabalho. Sem tal compreensão as profissionais e estudantes estarão fadados à atuação com base no imediatismo, do fenômeno do aparente e possivelmente correndo o risco de comprometer a sua atuação junto aos seus usuários ao cometer a culpabilização dos indivíduos pelas expressões da questão social, indo na contramão do processo de renovação e do Código de Ética da profissão.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1982.

IANNI, Octávio. A questão social. **Revista USP**, São Paulo, n.3, p.145-154, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25490>. Acesso em: 02 mai. 2024.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, p. 124-137, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>. Acesso em: 02 mai. 2024.

REVISTA PRINCÍPIOS. **Dossiê Racismo, Arma de Dominação**. São Paulo, n. 34, ago./out. 1994. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/pdf/034.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2024.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino. **Racismo e luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino; TELES, Heloísa. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, p. 44-61, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842>. Acesso em: 02 mai. 2024.

YAZBEK, Maria Carmelita. Expressões da questão social brasileira em tempos de devastação do trabalho. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, p. 16-30, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37164>. Acesso em: 02 mai. 2024.